

CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Polha de São Paulo Class.: 2162

Data: 18/06/91 Pg.: 1-5

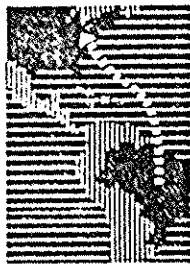
# Senadores dos EUA fazem pressão ecológica

Jose Arauz

RICARDO ARNT

Da Reportagem Local

Oito senadores democratas, a nata liberal do partido, escreveram ao presidente George Bush pedindo que interceda junto ao presidente Fernando Collor de Mello para acelerar a solução de problemas ambientais no Brasil. Bush e Collor encontram-se em Washington hoje. Os senadores querem que o governo brasileiro demarque as terras ianomami em Roraima, cancele subsídios à agropecuária na Amazônia e tome medidas efetivas para coibir a violência rural.



Collor e sua mulher são recebidos por Lawrence Eagleburger (de bengala) na base aérea de Andrews

Assinam a carta os senadores Edward Kennedy (Massachusetts), Alan Cranston (Califórnia), Paul Wellstone (Minnesota), Denis DeConcini (Arizona), Daniel Patrick Moynihan (Nova Iorque), Albert Gore Jr. (Tennessee), Tom Harkin (Iowa) e Timothy Wirth (Colorado). Grupos ambientalistas norte-americanos escreveram o esboço da mensagem, que foi reescrita pela assessoria dos senadores e enviada ao presidente dos EUA no dia 14.

O documento reconhece o empenho do governo brasileiro em reformas ambientais na Amazônia mas ressalta que "a esmagadora pressão sobre a floresta amazônica e sobre as pessoas que a têm como lar, é grande demais para

não importunar o presidente brasileiro por ação imediata".

Os senadores consideram "essencial que o presidente Collor garanta que toda a área dos ianomami seja demarcada imediatamente". A questão é "um teste crítico da disposição do governo brasileiro de cumprir compromissos ambientais e com os direitos humanos na Amazônia".

A carta pede que o presidente Bush sugira ao governo brasileiro "fazer mais para abolir os incentivos fiscais e subsídios para agropecuária na Amazônia, aliviando as pressões do desmatamento na região". Incentivos fiscais

da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), reconhecidos oficialmente como indutores de desmatamento, foram suspensos em março de 1990, quando o presidente tomou posse, mas liberados pela lei 8.167 (16/1/1991) e pelo decreto executivo 101 (17/4/1991).

Também a criação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, pela lei 7.827 (27/9/1990), injetou mais crédito rural para a agropecuária na Amazônia. O secretário José Lutzenberger chegou a condicionar sua aceitação no cargo de Secretário Nacional do Meio Ambiente à abolição dos incentivos fiscais

na Amazônia. Perdeu.

Amanhã, o secretário Lutzenberger encontra o lobby ambiental de Washington, na embaixada brasileira. Estarão presentes representantes de organizações como o Environmental Defense Fund, National Wildlife Federation, Sierra Club, Greenpeace, World Wildlife Fund e outras. Collor poderá comparecer.

Os ambientalistas americanos têm discutido as políticas ambientais do Brasil com o secretário para Nações em Desenvolvimento do Departamento Tesouro, David Mulford, responsável, no Tesouro, pela dívida externa brasileira.